

Sindicalismo Rural na Virada do Brasil à Direita: Ação Pública e Semipública

Priscila Delgado de Carvalho¹

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. Correo electrónico: prisciladcarvalho@ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0002-0189-8217>

Recibido: 10/4/2023. Aceptado: 6/12/2023.



<https://doi.org/10.18800/debatesensociologia.202401.001>

Sindicalismo Rural na Virada do Brasil à Direita: Ação Pública e Semipública

RESUMO

Analizou-se os impactos da mudança de regime ocorrida no Brasil pós-2016 sobre padrões de ativismo sindical rural, a partir do caso da mais antiga confederação sindical de trabalhadores rurais do país. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras (Contag), desde o final dos anos 1990, concentrou esforços na demanda por políticas públicas para a agricultura familiar, com participação de agricultores em sua formulação. A partir de duas ferramentas analíticas, a diferenciação entre ações públicas e semipúblicas e os modos de compilar, são analisadas as alterações neste padrão em três momentos: o *impeachment* de Rousseff em 2016, a reforma da previdência entre 2016 e 2019, e a pandemia da COVID-19 em 2020. Além disso, viu-se afastamento do Governo Federal como interlocutor, esforços para evitar o desmonte de políticas públicas e o retorno da democracia como tema em disputa.

Palavras-chave: Sindicalismo rural, Agricultura familiar, Regimes, Pandemia, Previdência

Los sindicatos rurales y el giro de Brasil a la derecha: acción pública y semipública

RESUMEN

Analizamos los impactos del cambio de régimen en Brasil post-2016 sobre los patrones de activismo del sindicalismo rural, a partir del caso de la más antigua confederación de trabajadores rurales del país. Desde finales de la década de 1990, la Confederación Nacional de Agricultores y Agricultoras Familiares (Contag) ha concentrado sus esfuerzos en la demanda de políticas públicas para la agricultura familiar, con la participación de los agricultores en la formulación de políticas. Utilizando dos herramientas de análisis (la diferenciación entre acciones públicas y semipúblicas y los modos de compilar), discutimos tres momentos: el juicio político a Rousseff en 2016, la reforma de pensiones entre 2016 y 2019, y la pandemia por el COVID-19 en 2020. Vimos la destitución del gobierno federal como interlocutor, los esfuerzos para evitar el desmantelamiento de políticas y el retorno de la democracia como un tema en disputa.

Palabras clave: Sindicatos rurales, Agricultura familiar, Regímenes, Pandemia, Seguridad social

Rural Unions and Brazil's Turn to the Right: Public and Semi-public Action

ABSTRACT

We analyzed the impacts of the regime change in post-2016 Brazil on patterns of activism, based on the case of the oldest confederation of rural workers in the country. Since the end of the 1990s, the National Confederation of Male and Female Family Farmers (Contag) has concentrated its efforts on demanding public policies for family farming, with the participation of farmers in policy formulation. Using two analytical tools (the differentiation between public and semi-public actions and the modes of gathering), we discussed three moments: the impeachment of Rousseff in 2016, the pension reform between 2016 and 2019, and the COVID-19 Pandemic in 2020. We saw the removal of the Federal government as an interlocutor, efforts to avoid the dismantling of policies, and the return of democracy as a disputed issue.

Keywords: Rural unions, Family farming, Regimes, Pandemic, Social security

Desde a democratização, nos anos 1980 e 2016, a teoria que analisa a participação política no Brasil vinha trabalhando com um cenário em que, apesar da existência de disputas, havia uma crescente convergência entre projetos políticos do Governo Federal e de movimentos e organizações da sociedade civil (Abers et al., 2014; Dagnino et al., 2006). O sentido das interações foi alterado na última década, quando viu-se no país uma disputa em torno da participação (Avritzer et al., 2022), em meio a processos de heterogeneização dos atores e de polarização política que expressaram-se nas ruas (Tatagiba & Galvão, 2019). Nesse período, emergiu uma crise nas instituições democráticas em meio à qual ganhou espaço uma extrema direita que flertava com a ruptura do regime democrático. Organizações de sindicais e de movimentos sociais historicamente identificadas com pautas relativas a direitos dos trabalhadores e a reforma agrária rapidamente reposicionaram-se, colocando-se como oposição aos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Este texto analisa alguns dos impactos desse processo de mudança de regime (Tilly, 2006) sobre os padrões de ativismo, a partir do caso da mais antiga entidade de representação sindical de trabalhadores rurais no Brasil, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras (Contag), criada em 1963, e que completa 60 anos em 2023.²

Analisar os impactos das mudanças de regime político, entendido como padrões mais ou menos estáveis de relações entre Estado e sociedade (Tilly, 2006), sobre organizações rurais implica compreender como estas se reposicionam frente aos novos governos (Medeiros, 2020) e, também, como a transformação dessas relações impacta as formulações, os discursos, as práticas e as associações que vinham conformando os coletivos no período anterior. As mudanças políticas profundas têm potencial para alterar o que são e o que fazem os grupos, na medida em que incentivam mudanças nas associações de elementos heterogêneos que, analiticamente, entendem-se como constitutivas dos atores (Latour, 2008; Law, 2004; Rosa et al., 2021). No caso da Contag, este artigo trabalha a partir da ideia de que a articulação entre a categoria agricultura familiar, a demanda por políticas públicas e a defesa da participação direta de agricultores na formulação dessas políticas se tornou uma maneira estabilizada de associar elementos desde os anos 1990. Esse modo de reunir elementos heterogêneos, tendo produzido efeitos desejados sobre o poder público no Brasil e sobre os debates acerca dos modelos de agricultura na sociedade, passou a ser reproduzido pela confederação em diferentes situações. A

² Entre 1963 e 2015, foi denominada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Em 2015 houve um processo de dissociação, tendo sido formadas duas organizações: a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, que reteve a sigla Contag (Corrêa, 2019; Medeiros & Picolotto, 2016). É dessa última que trata este texto.

Contag foi adaptando-o à realização de demandas para o Estado, para dialogar com outros atores da sociedade civil, para apresentar suas visões à sociedade em geral e para posicionar-se em disputas com o agronegócio. A isso, se denomina um “modo de compilar” (Carvalho, 2018; Rosa, 2015).³ Associados, esses três elementos — agricultura familiar, políticas públicas e participação direta — foram carregados pela Contag para diversas atividades, que, por sua vez, foi transportada por eles, abrindo portas e inaugurando possibilidades, produzindo efeitos tanto sobre as práticas do poder público como sobre próprio sindicalismo (Carvalho, 2018). De certa maneira, o foco no Estado foi capaz de construir possibilidades de fortalecimento de trabalhadores representados pela estrutura sindical, mesmo quando não parecia possível questionar diretamente a força do modelo capitalista de agricultura. Esta centralidade no Estado foi parte das principais estratégias da Contag, possivelmente à custa de menos embates diretos com o patronato rural que, como viu-se na introdução, segue concentrando as terras e cresceu em importância política durante o ciclo de alta dos preços das commodities. Evidentemente, esse modo de compilar não foi o único produzido pela confederação, cujas lideranças articularam outros elementos em debates como os da reforma agrária nos embates sobre a existência de dois modelos de agricultura a partir dos quais questionavam a opinião pública, nas ocupações que realizaram em diferentes localidades, e nas disputas contra a violência no campo ou por melhores salários. Este é, no entanto, o foco deste texto pela sua relevância, e porque se fez presente em cada um dos momentos-chaves que serão discutidos.

Assim, em interação com as mudanças no cenário político, era de esperar-se que esse modo de compilar sofresse alterações. Neste texto, são analisados três momentos-chave. Primeiro, o *impeachment* em 2016, que desloca esforços pela construção de políticas públicas para esforços no sentido de manter as políticas existentes. Na Contag, esse momento é de ênfase na ação pública de incentivo à participação em protestos. O segundo momento é de reação ao avanço de reformas e, nele, analisa-se a oposição às propostas de reforma da previdência de 2016 e 2019, frente às quais a Contag articula ações públicas e semipúblicas e intensifica a pressão sobre o Poder Legislativo. Por fim, já em 2020, no contexto da pandemia do novo coronavírus, há reforço na ação tanto pública como semipública voltada ao parlamento que, na

³ Os modos de compilar são maneiras de agregar elementos heterogêneos que, ao menos temporariamente, são estabilizadas pelos atores coletivos — definidos por Rosa (2015), com base em Law (2004), como maneiras por meio das quais tais atores são capazes de reunir, aproximar, agregar elementos, e de mantê-los reunidos no decurso da ação política. Quando essas maneiras específicas de articular elementos heterogêneos produzem efeitos desejados pelos grupos, ou quando permitem a entrada em novos espaços e debates, elas tendem a ser reproduzidas em outras situações — ali, podem ser modificadas novamente, ou manter-se iguais, fortalecendo-se (Carvalho, 2018).

ausência de coordenação pelo Governo Federal, tomou para si parte da tarefa de articular a reação institucional aos efeitos da crise sanitária. Nesse terceiro momento também se identifica uma forte atuação da Contag na difusão de informações entre os agricultores, em um conjunto de ações semipúblicas.

A seleção desses três momentos justifica-se pela relevância dos eventos políticos e sociais que os caracterizam. Eles abarcam as três gestões que estiveram à frente da presidência da República no período — o *impeachment* de Rousseff, as reformas propostas sob Temer e finalizadas por Bolsonaro, e a pandemia do coronavírus sob Bolsonaro. Além da relevância política, há uma justificativa teórica para a observação de como agem e reconfiguram-se os atores sociais em meio a disputas, relacionada ao fato de que as situações de embates e disputas permitem acessar a uma parte importante das associações entre os elementos heterogêneos estabelecidas pelos atores coletivos. Quando se envolvem em controvérsias, eles explicitam posicionamentos, conexões e deixam visíveis estas associações (Venturini, 2010). Ao longo do texto, busca-se entender como, em cada um desses momentos, o modo de compilar estabilizado pela Contag entre os anos 90 e 2010 foi mobilizado, se é que foi, e se foi transformado.

Aproximadamente 15,6 % da população brasileira vive em áreas rurais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010).⁴ Em 2017, 77 % dos estabelecimentos rurais eram da agricultura familiar — definida pelo tamanho da propriedade, mas também pela presença da família na gestão, renda e mão de obra. Agricultores familiares, no entanto, ocuparam apenas 23 % da área destinada à agropecuária, sinal da concentração de terras em grandes propriedades que marca o Brasil. Há ainda cerca de 3,8 milhões de assalariados rurais ocupados: uma metade de empregados permanentes e outra com trabalhos temporários (IBGE, 2017).

As taxas de sindicalização rurais brasileiras apresentavam, até as reformas trabalhista e previdenciária que serão analisadas neste texto, uma tendência de crescimento que destoava da crise dos sindicatos urbanos (Antunes & Batista, 2015; Rodrigues, 2015). Nos anos pós-reformas, a taxa de queda da sindicalização entre esse grupo foi menor do que se viu entre empregados nas cidades, de forma que os trabalhadores na agropecuária tornaram-se, em 2019, a atividade profissional com maior taxa de sindicalização no país — com 19,5 % de trabalhadores afiliados a sindicatos (Silveira, 2020). Esses números dão indicações importantes do que significa a presença de mais de 5 mil sindicatos rurais, presentes em praticamente todos os municípios brasileiros, e que historicamente foram frequentados por trabalhadores para acesso à saúde, depois à previdência social ou à declaração de aptidão para

⁴ Tratava-se de cerca de 29,9 milhões de pessoas. Este dado, no novo censo, será divulgado apenas em 2024.

acesso a crédito com taxas reduzidas. Trata-se, portanto, de estruturas com capilaridade e inserção no cotidiano de trabalhadores rurais brasileiros, cuja representação política passa também pelas federações estaduais e pela confederação nacional. O foco, neste texto, recai sobre a atuação nacional, com algumas menções às articulações das federações para temas específicos.

A pesquisa aqui apresentada tem como base as notícias publicadas pela Contag e a observação de algumas das atividades promovidas pela confederação — seu 12º Congresso Nacional, em 2017, e reuniões nacionais ao longo do período 2016 a 2018, nos quais foi possível perceber alianças, tensões e disputas no interior da confederação. A análise durante a pandemia da COVID-19 parte de um banco de dados formado por notícias publicadas pela Contag de março a setembro de 2020 e organizado por um conjunto de pesquisadoras em 2020 (Carvalho et al., 2022). Também foram realizadas, em 2021, entrevistas com três dirigentes e uma assessora da Contag sobre a reforma da previdência. Se, de fato, os dados são bastante voltados à atuação nacional da Contag e as notícias e entrevistas tendem a apresentar visões da cúpula desta confederação, também é verdade que a observação de eventos nos quais há participação de dirigentes nacionais e suas contrapartes das federações estaduais permite acessar uma visão mais plural do sindicalismo, bem como as principais disputas e tensionamentos que travam nos debates.

O texto está organizado em três seções. A primeira, teórica, apresenta como observar as interações entre o Estado e sociedade com ênfase nos aportes de estudos recentes sobre os movimentos da América Latina e dos estudos rurais. A segunda seção retoma rapidamente a trajetória da Contag para, em seguida, a terceira seção discutir os três momentos em tela.

1. MOVIMENTOS E MUDANÇAS DE REGIME: AÇÕES PÚBLICAS E SEMIPÚBLICAS

A relação entre movimentos e estados é central para a teoria dos movimentos sociais, apesar das diferenças de acento entre teorias mais interessadas na interação dos ativismos e o Estado (McAdam et al., 2001) e aqueles mais atentos a como atores coletivos formam-se, expressam conflitos sociais e produzem disputas políticas (Melucci, 1996), ou com seu papel na formação das culturas políticas das sociedades (Alvarez & Escobar, 1992; Melucci, 1996).

O problema da transformação e da mudança entre atores coletivos foi discutido por autores como Charles Tilly (2006), em sua teoria do processo político. Gradualmente, o conceito de repertório de ação por ele proposto tornou-se mais contingente, performativo e relacional (Alonso, 2012; Krinsky & Mische, 2013). Repertórios foram sendo vistos como mais propensos a alterações durante as diferentes performances realizadas por cada grupo em suas interações políticas. Tilly

propôs, também, uma teoria de como as formas de política contenciosa se relacionam com mudanças e variações nos regimes políticos, definidos como “interações fortes e repetidas entre os principais atores políticos” (2006, p. 19). Concordando com a percepção de que mudanças de regime tendem a provocar alterações sobre a forma de agir dos movimentos e de que é necessário teorizar sobre este processo, a hipótese neste artigo é que mudanças no padrão de interação com o Estado podem contribuir para modificar não só o que os movimentos fazem, mas, no limite, ao contribuir para a modificação dos próprios elementos que as compõem — do que elas são.

Para além dessa hipótese geral, a análise apresentada neste texto dialoga com dois aspectos enfatizados por aportes teóricos oriundos da análise da atuação dos movimentos na América Latina, nas últimas décadas. O primeiro é que nem toda a ação entre Estado e sociedade é contenciosa. Isso ficou ainda mais visível a partir da virada à esquerda na política latino-americana, com a chegada de setores próximos aos movimentos ao poder em diversos países. Pesquisas no Brasil identificaram rotinas de protestos, pensados não para ser disruptivos, mas como parte de ciclos de negociação entre sociedade organizada e Estado; além deles, observaram práticas de participação institucionalizada, política de proximidade com burocratas potenciais aliados, e ocupação de cargos na burocracia (Abers et al., 2014). A Contag, nas últimas décadas, estabeleceu diversas rotinas de protesto — sendo a principal delas a mobilização anual denominada Grito da Terra em que demonstrava a força nas ruas e apresentava pautas de negociação nos gabinetes. Desde a Argentina, Rossi (2016) propôs a categoria de repertórios de estratégias para atividades que não são necessariamente públicas nem privadas, como encontros informais com políticos e audiências com presidentes, entre outros, com o intuito de observação de mudanças de curto prazo nas estratégias de ações dos coletivos estudados. A relação deste debate com as mudanças de regime passa por entender como, havendo tais modificações no funcionamento do Estado, são reconfigurados os padrões de interação, se é que são.

Um segundo aspecto retoma os aportes das teorias dos novos movimentos sociais, de que nem todo o ativismo pode ser reduzido a protestos. Melucci (1989) denomina “momentos de latência” aqueles períodos em que são formadas redes subterrâneas, nas quais se constroem os códigos que sustentam as relações entre os integrantes dos movimentos. Além deles, há um segundo nível de atuação dos movimentos, o da visibilidade, nos quais os conflitos se tornam públicos e visíveis.

Mesmo quando as conexões e construções se dão no espaço do cotidiano e da vida comum, a literatura identifica a existência de disputas — em torno de significados e práticas, que também devem ser consideradas como centrais para movimentos, em sua dimensão cultural (Alvarez, 2009). A partir desses entendimentos, tem-se que

nem toda atividade que importa para a compreensão do que fazem e são os movimentos acontece no espaço público, ganha ampla visibilidade, ou mesmo é voltada para o exterior.

Porém, mais do que em momentos específicos e prévios aos momentos de visibilidade, este trabalho de acompanhar as atividades e formulações do sindicalismo rural nos últimos anos vem mostrando a contínua realização de atividades internas de planejamento e formulação, escuta e diálogo com as bases, o diálogo com parceiros precisa ter espaço nos modelos teóricos, sob pena de, não havendo movimentações públicas e de massa, achase que não há movimentos ou que as organizações estudadas estão em decadência. Em paralelo, há ações de articulação com aliados e parceiros, ou ações de negociação com o poder público que não são abertas e divulgadas, mas que igualmente precisam ser consideradas para entender o que fazem e como fazem os movimentos. A esse conjunto de atividades, propõe-se denominar “ações semipúblicas”. Elas envolvem aquilo que ocorre nos momentos de latência, mas não são entendidas aqui como períodos de preparação, e sim como parte integrante da ação do movimento sindical. Em todos esses espaços ocorrem negociações, mas também trocas e formulações sobre significados e sentidos da ação coletiva (Alvarez, 2009).

Debates semelhantes ecoaram nos estudos camponeses. Pahnke, Tarlau e Wolford consideram que a ênfase das teorias de processos políticos sobre a racionalidade “complicam a explicação dos processos intra-movimento” (2015, p. 1074). Teixeira (2018), estudando a Contag, propõe atenção ao que denomina ações de reprodução do sindicalismo, ações necessárias para o desenvolvimento e ações coletivas, e a própria existência dos movimentos sociais, e defende a atenção a ações públicas e não públicas de forma articulada. Esses conceitos apontam para esforços de atenção a aspectos menos visíveis da ação coletiva que, no entanto, são relevantes para a compreensão de suas complexidades.

Neste texto, essas questões são operacionalizadas de forma bastante simples sugerindo a atenção, além das ações públicas, às ações semipúblicas (preferindo esse termo ao “não-público” de Teixeira [2018], dado ao fato de que pode haver atividades abertas e voltadas aos próprios militantes). Essas ações não são necessariamente estratégicas, como na conceituação de Rossi (2016). Não são, portanto, necessariamente voltadas a fins, há nelas instalação de espaços de coexistência, a construção de laços e confiança, composição de ideias e projetos, não apenas relativas ao desenvolvimento das ações e à existência dos movimentos. As ações semipúblicas são aqui entendidas como aquelas orientadas à (1) própria organização e (2) aquelas que interpelam a outros atores. Entre o primeiro conjunto, orientado para dentro, figuram (1.1) ações que não são abertas ao público em geral, mas ocorrem entre ativistas, ou potenciais integrantes do grupo, e seus aliados; (1.2)

atividades de organização interna, formulação, sensibilização de militantes e apoiadores, nos mais diversos formatos; e (1.3) ações de mapeamento, sistematização, produção de dados, bem como de relatórios e informes. Já no segundo conjunto, com ações que não chegam a ser públicas, mas são voltadas a atores externos, estão (2.1) as ações de pressão a políticos eleitos, burocratas ou pessoas com poder de decisão e que, mesmo divulgadas, não são abertas à participação de pessoas não envolvidas nos debates; (2.2) a apresentação de propostas ao governo, em situações de interação que não são abertas ao público ou não ocorrem em espaços de acesso público, mas tampouco são privadas ou escondidas; (2.3) as atividades de execução ou implantação de políticas públicas voltadas a pessoas ou grupos associados aos sindicatos; e (2.4) as disputas de sentidos na sociedade, atividades de educação política e de sensibilização. Um mesmo tema que uma organização tenta incidir pode ser abordado por meio de ações públicas e semipúblicas, simultaneamente.

O Movimento dos Pequenos Agricultores, por exemplo, reagiu ao *impeachment* de Rousseff compondo uma frente ampla criada na ocasião, a Frente Brasil Popular. No entanto, também criou uma estratégia articulando ações semipúblicas de visitas a comunidades próximas ao movimento para discutir o cenário político, em paralelo à organização de centenas de reuniões para militantes ou abertas a convidados em pequenos municípios brasileiros, nos quais eram realizadas atividades de diálogo, lúdicas e culturais, com o intuito de disputar sentidos sobre o *impeachment* (Carvalho, 2020).

2. INTERAÇÕES ENTRE A CONTAG E O ESTADO: PANORAMA

No Brasil, interações entre Estado e sociedade passaram de um padrão de antagonismo no período das ditaduras militares para um padrão de interações múltiplas, considerando o estado como ator heterogêneo (Dagnino et al., 2006). Neste processo, a literatura afastou-se da percepção de que as eventuais relações entre Estado e sociedade organizada levariam, prioritariamente, a situações de cooptação. Ao contrário, já a partir da redemocratização, viuse, por um lado, protestos massivos, ocupações de terras e de prédios públicos, e, por outro, o desenvolvimento e interações formalizadas por meio de instituições participativas. O sindicalismo rural não fugiu a esse padrão, mas suas conexões com o Estado passam ainda pelo fato de que é o poder público que define a estrutura sindical piramidal (sindicatos municipais, federações estaduais e confederação nacional), o enquadramento das profissões nos sindicatos e o financiamento sindical — recentemente alterado na reforma trabalhista de 2017 (Antunes & Batista, 2015; Arouca, 2009). A estrutura, porém, jamais determinou um alinhamento automático da Contag aos governos de turno. Sua criação em 1963, como instituição corporativista de representação,

sob a regulamentação estatal, foi possível dada a formação prévia de sindicatos e federações a partir das mobilizações de partidos de esquerda, em especial o Partido Comunista Brasileiro (PCB), das Ligas Camponesas, e do sindicalismo cristão — com alas conservadoras e progressistas. A primeira presidência da Contag coube à principal força naquele período, o PCB, que encabeçou uma chapa formada pelas correntes políticas do período (Medeiros, 1989; Palmeira, 1985; Paula et al., 2006; Teixeira, 2023).

Menos de um ano depois, foi necessário ativar resistências à intervenção pelo regime civil-militar sobre a Contag entre 1964 e 1968 (Ricci, 1999). Esta organização atravessou o período militar equilibrando-se entre repressão e ameaças do estado, a adoção de estratégias de luta dentro das normas vigentes, e logrou manter-se como “recurso organizativo e de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras”, como vêm reafirmando recentes estudos sobre a atuação de lideranças rurais e sindicalistas durante o período militar (Medeiros, 2023, p. 6). O fato de que a Contag tenha um papel de representação formal de trabalhadores e trabalhadoras rurais não impediu que, ao longo dos seus 60 anos, as estratégias de atuação tenham se transformado, em estreita relação tanto com a abertura de canais de interação com o Estado, devido à democratização no final dos anos 1980, como com a emergência de novos atores coletivos e categorias de identificação no campo brasileiro (Teixeira, 2023).

A Contag participou das mobilizações pela redemocratização e pela constituinte de 1988, e, na Nova República, estabeleceu uma progressiva aproximação com o Estado, especialmente com o Governo Federal, mas também buscou estratégias para a eleição de agricultores ao legislativo (Medeiros, 1989, 2014). Na década de 1990, consolidou-se no país a categoria agricultura familiar, convergindo debates do sindicalismo, da academia e do Governo Federal que formularam programas de crédito específicos para a categoria (Neves, 2007; Picoletto, 2014). Já nos anos 1990, foram criados canais de interação estado-sociedade, inclusive conselhos ligados às políticas de desenvolvimento rural (Schneider et al., 2004). Com a formação de um ministério específico para o desenvolvimento agrário (Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA), em 1999, foram estruturadas políticas públicas específicas para agricultores familiares e assentados, diferenciadas das voltadas para a agricultura em grande escala. Os movimentos sociais e sindicatos rurais contribuíram para demandar políticas e, sobretudo após o governo Lula, também para sua avaliação e para a formulação de programas e projetos.

A participação de agricultores na formulação de políticas públicas emerge como elemento relevante no discurso da Contag a partir do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), fruto da aproximação com o novo sindicalismo representado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Favareto, 2006). Quando o processo de institucionalização das relações entre

grupos rurais organizados e o Estado brasileiro ganhou novas proporções durante as administrações petistas, entre 2003 e 2016, a Contag foi, progressivamente, adotando a defesa da participação institucional e se envolveu em dezenas de conselhos de direitos e conferências de políticas públicas.

A agricultura familiar, a defesa de políticas públicas específicas e a participação de trabalhadores rurais em sua definição tornaram-se centrais para a confederação após os anos 1990 (Carvalho, 2018). A Contag teve acesso a posições no governo e manteve abertos canais de acesso direto a gestores (Branford, 2010), em especial no Ministério do Desenvolvimento Agrário (Abers et al., 2014). A complexidade dessas relações afasta hipóteses de cooptação, inclusive por que houve importantes diferenças em termos de proximidade e contenciosidade, a depender dos ministérios e áreas do governo e ao longo das gestões, a depender das questões em disputa — ratificando a percepção de que áreas específicas de políticas tiveram desenvolvimentos particulares a depender do desenho institucional, do histórico de interação socioeconômica e do grau de institucionalização da política pública (Almeida et al., 2020).

A atuação da confederação de trabalhadores rurais desde os anos 1980 também foi conformada por ações públicas e massivas, como o Grito da Terra e, a partir de 2001, a Marcha das Margaridas (Mota, 2006). Por fim, vale dizer que a multiplicação de centrais sindicais e a criação de novas confederações rurais, essas últimas já nos anos 2000, alteraram novamente o cenário de atores e relações no sindicalismo rural (Corrêa, 2019).

Ainda que houvesse sinais de mudanças no ativismo com a visibilidade de coletivos e organizações mais fluidas, o padrão de mobilização no país foi afetado pelas mobilizações de junho de 2013. Ali, pela primeira vez em décadas, as organizações sindicais e os movimentos sociais criados após a redemocratização não estiveram à frente das mobilizações que desencadearam o ciclo de protestos (Alonso, 2017; Bringel & Pleyers, 2015; Maricato, 2013). Os mais conhecidos movimentos sociais e sindicatos do país aderiram aos protestos mais tarde, promovendo disputas sobre os sentidos de estar nas ruas e defendendo a legitimidade de sua história de protestos com bandeiras, bonés e caminhões de som (Avritzer, 2014; Maricato, 2013; Singer, 2013; Tatagiba & Blikstad, 2013).

As manifestações de 2013 abriram espaço para um conjunto de discursos que questionavam a narrativa da inclusão via concessão de direitos e via ação do Estado por meio de políticas públicas. A participação institucional não passou ilesa às mudanças. Ainda em 2014, uma tentativa do Governo Federal de criar um Sistema Nacional de Participação Social, articulando iniciativas já existentes, levou a fortes reações no parlamento e na imprensa, indicando que alguns dos consensos sobre participação e inclusão, expressos na Constituição de 1988 e que marcaram a Nova República, haviam chegado ao limite. (Magalhães et al., 2021).

No final de 2014, o projeto de centro-esquerda representado pelo Partido dos Trabalhadores venceu as eleições presidenciais de 2014, por margem estreita. Os resultados do pleito foram questionados pelo opositor Aécio Neves (PSDB-MG) e o cenário político de instabilidade se acirrou. Durante 2015, grupos pró e anti-Dilma ocuparam as ruas. A série de manifestações sedimentou em dois campos as posturas que, coexistindo nos protestos de 2013, complicavam a interpretação dos sentidos naquele primeiro momento. Os grupos “radicalmente antagônicos” que foram às ruas deixando evidente uma polarização eram o progressista — que defendia valores como igualdade, justiça, pluralidade, diferença e bem viver —, e o reacionário — que defendia a propriedade privada e a liberdade, associadas a uma permanência de posições de classe (Bringel & Pleyers, 2015, p. 12). O padrão de protesto verificado nesse período caracteriza-se pela combinação de duas dinâmicas simultâneas: a polarização política e a heterogeneização de atores e reivindicações (Tatagiba & Galvão, 2019).

Em meio a este forte processo de mudanças, cabe mencionar uma alteração relevante no interior do sindicalismo, que foi a separação entre a representação sindical de trabalhadores assalariados e de agricultores familiares. Esse processo é resultado de tensões sobre a uma diversidade de categorias de trabalhadores, tais como empregados assalariados, proprietários em regime familiar, posseiros e meeiros, que remota à origem do sindicalismo rural brasileiro. Desde os anos 1980, a representação conjunta de todas essas categorias veio sendo questionada. Houve um processo de pluralização sindical na medida em que foram sendo criados, por fora da estrutura da Contag, sindicatos, federações e uma confederação nacional voltadas especificamente para agricultores familiares (Picolotto, 2018a, 2018b). A partir dali estabeleceu-se certa competição pela representação, acirrada pelo fato de que a Contag adotou a agricultura familiar como um eixo central de sua atuação desde a aproximação com a CUT, nos anos 1990, sem, no entanto, deixar de representar trabalhadores assalariados. Tensionamentos em relação à representação de assalariados rurais expressaram-se na criação de uma federação de empregados rurais em São Paulo em 1989. A partir de 2014, no entanto, o Ministério do Trabalho passou aceitar, no interior da categoria eclética de “trabalhador rural”, duas categorias específicas: assalariados rurais e agricultores familiares. Cada uma delas pode criar estruturas sindicais (Picolotto, 2018b). Dada a pressão pelo reconhecimento de sindicatos e federações, a própria Contag optou pela representação de agricultores familiares e apoiou a fundação de uma Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar), em outubro de 2015, processo ao qual denominou “dissociação” (Picolotto, 2018b). Ainda estão em curso estudos sobre os impactos dessa mudança no sindicalismo rural, desafio ampliado pelas transformações na política institucional que ocorreram a partir de 2016, no Brasil. Na próxima seção,

discute-se como o sindicalismo contaguiano atuou a partir desse período, em três momentos de reconfiguração das forças políticas no Brasil, com atenção tanto a ações públicas como a ações semipúblicas, buscando entender como o modo de compilar — agricultura familiar, participação e políticas públicas — foi impactado em cada um deles.

3. MUDANÇA DE REGIME EM TRÊS MOMENTOS

3.1. *Impeachment*: Da Construção ao Desmonte das Políticas para Agricultura Familiar

O segundo mandato de Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016, foi marcado por protestos a favor e contra o governo, por um acirramento da crise econômica e por um conjunto de medidas de ajuste fiscal. No Poder Legislativo, o congresso eleito teve perfil mais conservador do que nos anos anteriores e entraram em pauta projetos de lei que questionavam direitos estabelecidos.

Ao longo de 2015, a Contag manteve seus esforços em termos de construção de políticas públicas para a agricultura familiar, defendendo a manutenção de recursos para tais políticas em meio ao cenário de ajuste fiscal e de cortes no orçamento. Antigos aliados do governo se viram também perdendo espaços na gestão para acomodar demandas de outros setores a um governo enfraquecido. As políticas de austeridade foram questionadas por aliados à esquerda do governo, incluindo a Contag, e tratava-se, ali, de atuar para pressionar o governo e defender a continuidade de políticas estabelecidas nas gestões anteriores.

No segundo semestre daquele ano, frente ao iminente início do processo de *impeachment*, a Contag aliou-se à Frente Brasil Popular, uma coalizão de esquerda que buscou, inicialmente, defender os resultados eleitorais e pressionar o governo por uma condução da economia que garantisse recursos para políticas públicas e a atuação fortalecida do Estado. Parte da estratégia da Frente Brasil Popular era colocar em pauta uma agenda de aprofundamento de direitos e da qualidade dos serviços públicos. Foram sistematizadas, no manifesto de criação da Frente, demandas por reformas (política, do judiciário, constitucional), que corrigissem o que era identificado como fragilidades e limites da democracia no Brasil. Havia ali uma leitura de que os escândalos de corrupção na Petrobras tinham como base interesses internacionais sobre os recursos energéticos brasileiros (Frente Brasil Popular, 2015). A coalizão convocou diversos protestos e mobilizações. As lideranças da Contag repetiram diversas vezes, em discursos e peças de comunicação, a ideia de que a saída para a crise passava por uma reforma política que aprofundasse a participação e mudasse regras eleitorais, e pela convocação de uma constituinte exclusiva,

capaz de produzir normas que facilitassem a eleição de parlamentares e líderes do executivo que refletissem melhor o perfil socioeconômico da população brasileira. Eixos centrais do modo de compilar da Contag, portanto, eram reafirmados neste momento.

Ao longo de 2016, a comunicação da Contag para as suas bases evidencia um deslocamento: da tentativa de pressionar um governo para a manutenção de políticas para a agricultura familiar e contra uma política recessiva, para uma percepção da iminente perda de direitos, atribuída sobretudo a iniciativas de um Congresso especialmente conservador no qual tramitavam projetos de lei “que ferem as garantias fundamentais da democracia” (Broch, 2016a, p. 2) Ali estava colocado também um discurso de “defesa da democracia” e da legitimidade do voto popular, frente à possibilidade de *impeachment* de Rousseff (Broch, 2016ab, p. 2). Ao longo do ano foram mantidas as ações denominadas “de massas” – que colocam milhares de pessoas nas ruas nos municípios, capitais dos estados e em Brasília, sem serem manifestações disruptivas, pois buscam apresentar ao poder público, em data programadas, uma pauta de demandas. Trata-se do que Abers et al. (2014) denominaram rotinas de protesto como parte de um ciclo de negociação. Entre as ações de 2015, estiveram o 21º Grito da Terra, no qual negociavam-se recursos de crédito em condições especiais para agricultores familiares e programas de apoio à produção; o 3º Festival da Juventude Rural e a 5ª Marcha das Margaridas, com os motes desenvolvimento sustentável, com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

Foram adicionadas ao calendário do sindicalismo rural um conjunto de protestos, chamados pela Frente Brasil Popular, para marcar a defesa da democracia — a exemplo das mobilizações no 31 de março de 2016, aniversário do golpe civil-militar de 1964. Em meio à crise política que escalava, em maio de 2016, foram apresentadas a Dilma as pautas do Grito da Terra, com demandas de todas as áreas da Contag para temas como reforma agrária, crédito, política agrícola e meio-ambiente, infraestrutura, assalariados, mulheres etc. As mulheres da Contag rapidamente se posicionaram, e de forma mais explícita que outras áreas se colocaram “em defesa da democracia, contra o golpe e o machismo!” (Contag, 2016a, p. 3) Na mesma época, a juventude rural afirmava que “a crise política não vai parar a juventude rural” (Contag, 2016b). De modo geral, a Contag ressaltava seu lugar de interlocução com o poder público para a construção de políticas públicas para a agricultura familiar (Broch, 2016b, p. 2).

Foi justamente essa formulação que se viu ameaçada pelo *impeachment* que levou ao poder um vice-presidente comprometido com agendas de reformas econômicas e de diminuição do Estado. Somado ao rechaço à expansão da participação, que havia sido explicitado em 2014, aquilo que havia sido identificado como os três principais elementos da formulação da Contag frente ao poder público estava, neste

momento, em jogo. Entre as primeiras ações do governo Temer estiveram a extinção de ministérios responsáveis por políticas sociais e, em especial, por políticas para a agricultura familiar. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário significava não apenas a redução da estrutura voltada para o tema, mas uma mudança no perfil da atenção do poder público à agricultura que reduzia a visibilidade da agricultura familiar e camponesa. Em junho, a Contag já não falava da ameaça, mas de “retirada de direitos”, e continuava convocando federações, sindicatos e trabalhadores rurais para protestos em defesa da democracia, contra as reformas e o desmonte de políticas de previdência, habitação rural ou revisão das normas para demarcação de terras indígenas e quilombolas — indicando que não se tratava só de pautas diretamente ligadas à agricultura familiar (Contag, 2016b, p. 2; Contag, 2016c, p. 8).

Imediatamente após o *impeachment* e à posse de Michel Temer (PSDB-SP), a comunicação da Contag falava de um golpe parlamentar contra a Constituição e, ao lado das organizações da esquerda pós-democratização que apoiaram os governos petistas, moveu-se para a oposição, afirmando que não iria aceitar retrocessos. Em síntese, o que se vê nesse período é uma ênfase em ações públicas de protesto, primeiro em defesa do governo aliado e, depois, contra o novo Governo Federal. As ações semipúblicas, menos visíveis, passaram pelos esforços de articulação com aliados. Durante o período da crise, os mecanismos de participação foram espaços de debates e construção de alianças, mas isso fica pouco visível na comunicação da Contag. Foi nesse cenário que se deram as disputas em torno de uma das principais propostas de reformas do governo Temer e, posteriormente, do governo Bolsonaro, a reforma da previdência. Este é o segundo momento analisado neste texto.

3.2. Reforma da Previdência: Reação ao Avanço das Reformas sobre Direitos

As estruturas sindicais estiveram sob constante questionamento no Brasil pós-2016. A reforma trabalhista aprovada por Michel Temer a seus aliados flexibilizou as normas de contratação de empregados e impactou o poder de barganha dos sindicatos, bem como as fontes de financiamento sindical. Temer apresentou, ainda, ao Congresso, um projeto de Emenda Constitucional de reforma da previdência, mas não chegou a aprová-la. A proposta foi retomada sob Bolsonaro, em 2019. Nesse segundo período, além da Emenda Constitucional, foi promulgada uma Medida Provisória nos primeiros dias do mandato que modificou o funcionamento da área.

A proposta de Temer (PEC 287), apresentada à Câmara em dezembro de 2016, estabelecia uma regra única para aposentadoria (exceto para militares), com idade de 65 anos para homens e 62 para mulheres, aumentava tempo de contribuição para o recebimento do benefício integral para 40 anos e o tempo mínimo de contribuição para os servidores públicos. Já atenta ao fato de que alguma reforma da

previdência entraria em pauta, a Contag vinha discutindo o tema e rapidamente apresentou uma análise da proposta na qual questionava o argumento da necessidade da reforma, discordando que haveria um déficit na previdência. Alinhavou um argumento sobre o impacto da redução das aposentadorias na economia dos municípios do interior do país. Por fim, reforçava-se as condições de trabalho rural e o padrão de início de trabalho antes dos 14 anos para questionar o aumento da idade de aposentadoria (de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, ambos). Também se questionava a proposta de contribuições individuais e diretas, argumentando que isso teria impacto especialmente sobre a possibilidade de aposentadoria para as mulheres. Com esses argumentos em mãos, sindicalistas realizaram tanto atividades públicas desde os municípios até o Congresso, mas também inúmeras atividades semipúblicas, voltadas para a difusão dos argumentos entre lideranças regionais e a base de agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Tratou-se de um período de intensos esforços de formulação de um discurso comum em aliança com outras organizações, de perfil sindical, de assessoria e de movimentos rurais e urbanos. Entre as ações semipúblicas houve seminários, encontros e atividades e formação interna, visitas a gabinetes e negociações com parlamentares, prefeitos e governadores. Cada uma dessas ações ocorreu desde os municípios, passando pelos estados e pelas agendas em Brasília. Foram também produzidos materiais de apoio para as atividades nos estados e municípios, tais como vídeos, cartilhas, panfletos, folders, modelos de faixas, cartazes e até de adesivos para carros e motos. Na capital Federal, houve uma agenda semanal de visitas a parlamentares por delegações dos estados, cobrindo a totalidade de gabinetes, em paralelo a reuniões com relatores e presidentes de comissões pelas quais passou a PEC. Ao lado disso, havia tentativas de negociação com burocratas ligados à área da previdência.

Entre as ações públicas — abertas e visíveis — estiveram audiências em câmaras municipais, avaliadas como algumas das estratégias mais efetivas de intervenção no debate público ao mobilizarem tanto trabalhadores como políticos locais, que faziam então pressão sobre as estruturas partidárias. Na Câmara Federal, a Contag esteve entre os grupos que ataram pela retomada de uma Frente Parlamentar pela Agricultura Familiar que, por sua vez, realizou diversos debates sobre a questão. Por fim, houve marchas e protestos nos estados. Em 16 de dezembro de 2016, a Federação do Rio Grande do Sul (Fetagr-RS) realizou 52 atos simultâneos em frente às Agências da Previdência Social, declarando ter reunido cerca de 25 mil pessoas (Contag, 2017). Em 2017, houve trancamento de rodovias no estado de Espírito Santo. O tema esteve no centro das manifestações relativas ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março, em seminários, atos públicos e fechamentos de estradas — mais uma vez apontando para um protagonismo das mulheres nas ações cole-

tivas mais contenciosas nesse período. Em abril de 2017, o final do 12º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em Brasília, coincidiu com um Dia Nacional de Mobilização e Paralisações, chamada pela Frente Brasil Popular e Povo sem Medo. os delegados e delegadas da Contag foram à Esplanada dos ministérios, onde ocorreram ações disruptivas como a ocupação de ministérios. Ainda que a Contag não estivesse diretamente envolvida nessas ações, bonés e bandeiras verdes que singularizam seus militantes estavam do lado de fora, contribuindo com a visibilidade aos atos.

A secretaria da Contag contabilizou, até o final de abril de 2017, 13 audiências públicas e 754 audiências em assembleias legislativas municipais. Tais ações, além de interiorizar o debate sobre o tema, geraram moções de vereadores, notícias locais, convenceram prefeitos e parlamentares a pressionarem por definições partidárias. Ao lado delas, conforme informações angariadas em entrevistas com a assessoria da Confederação, houve mais de cinco centenas de eventos como reuniões, seminários e palestras. As ações visavam a convencer prefeitos, vereadores, mas também comerciantes, padres e pastores.

A PEC 287/2016 chegou a ser aprovada pela comissão especial da Câmara formada para sua análise. Naquele ponto, o governo havia abdicado de algumas mudanças na aposentadoria rural, mas conseguiu manter o aumento da idade de aposentadoria de mulheres rurais para 60 anos. Entretanto, Temer perdeu força após a divulgação de gravações de conversa com o empresário Joesley Batista sobre propinas para evitar informações à operação Lava Jato. Em 2018, com a intervenção federal no Rio de Janeiro, a tramitação da reforma foi suspensa e jamais voltou à pauta durante o governo Temer.

O governo Bolsonaro tinha 18 dias de duração quando editou a primeira norma em relação à previdência, evidenciando que aquele seria tema central de sua agenda. A Medida Provisória 871/2018 abriu caminho para a revisão de benefícios sob o argumento de aumentar a eficiência do Instituto Nacional de Seguridade Social e combater fraudes. Estabeleceu duas mudanças para os segurados especiais rurais: retirou dos sindicatos o papel de comprovação da atividade rural e passou a exigir o cadastro de trabalhadores rurais no Cadastro Nacional de Informações Sociais, o chamado CNIS rural, para acesso a qualquer benefício. Em 2019, cerca de 5 % dos trabalhadores eram cadastrados e a preocupação de lideranças e assessores da Contag era que, dadas as dificuldades de acesso à internet, essa medida poderia inviabilizar a entrada de agricultores no sistema, funcionando como uma reforma na prática, possibilitada por normas infraconstitucionais.

Seguiu-se a essa medida um enorme esforço de pressão sobre o governo e o parlamento. Foi o coletivo de políticas sociais — instância que reúne os secretários das federações e da Contag de uma determinada área — que orientou a reativação de

contatos prévios com funcionários de alto escalão. Tais contatos haviam sido construídos ao longo dos anos anteriores em meio a outras disputas ou à interação em instituições participativas. Vê-se aqui, mesmo em situação de desalinhamento com o Governo Federal, a permanência de alguns canais de interação com a burocracia, ainda que agora de caráter de pressão em um cenário de posicionamentos opostos. Apesar da abertura para algumas reuniões, elas não significaram necessariamente a mudança de postura do governo. O embate se transferiu, então, para o parlamento, responsável por aprovar, modificar ou rejeitar as medidas provisórias. Sindicalistas e assessores articularam com parlamentares sensíveis ao tema a apresentação de emendas para estabelecer prazos mais longos para a implantação do cadastro rural. A Contag buscou apoio de relatores de comissões para as emendas e, não conseguindo, partiu para a estratégia de emendas de plenário na Câmara. Os detalhes são úteis para indicar o nível de articulação e formulação que a Contag acumulou na área legislativa — um conhecimento rapidamente acionado em momentos de necessidade (Borges et al., 2021). Desde a redemocratização, o MSTTR vem, a cada eleição, apoiando candidatos de sua base vindos dos mais diversos partidos e filiações ideológicas — apesar de uma minoria, a presença de aliados no parlamento tem se mostrado uma estratégia frutífera em tempos de defesa de direitos.

Embora seja uma assessoria pequena — trabalha na área uma única assessora — a existência do coletivo e a inclusão de sindicalistas dos estados e municípios nas estratégias de pressão ampliam a capacidade de ação. Na pressão sobre parlamentares e nas costuras legislativas, fica evidente a importância de ações semipúblicas para a atuação da Contag nesse período em que os canais com o executivo estavam praticamente fechados, e os debates sobre reformas passavam justamente sobre o legislativo. Em paralelo, foram mantidas articulações com aliados da sociedade civil, com a participação em seminários, reuniões e eventos conjuntos. Ações públicas também foram realizadas no período, com novas audiências públicas em diversos estados.

Em relação à PEC 06/2019, apresentada por Jair Bolsonaro em maio e aprovada com modificações pelo Congresso em outubro do mesmo ano, o sindicalismo contaguiano repetiu as estratégias de 2016 em termos de pressão sobre parlamentares desde os municípios, visitas a gabinetes e articulações com parlamentares — antigos aliados ou que se mostraram abertos às demandas. Uma das principais estratégias da Contag para interlocução com o poder público desde os anos 1990, a participação em conselhos de direitos, não deixou de ser acionada nesse período. Apesar das medidas do novo governo no sentido de fechar ou enfraquecer os conselhos, aqueles criados por lei se mantiveram em funcionamento, ao menos parcialmente (Magalhães et al., 2021). A representação da Contag no Conselho Nacional da Previdência usou o espaço para exigir informações sobre os planos do governo e para que houvesse debate entre a sociedade civil. O espaço também foi

usado para a apresentação de denúncias e questionamentos em relação à reforma – um ponto ressaltado durante entrevistas realizadas para este trabalho. Deste modo, , mesmo sem afetar o governo, ele permitia às organizações participantes terem o conhecimento sobre as respectivas posições e trocar informações. O espaço foi considerado estratégico pela secretária de políticas sociais. Em 2019, a Marcha das Margaridas enfatizou o tema da previdência desde as atividades de preparação até as mobilizações, tendo protagonizado algumas das ações de maior visibilidade pública do período.

A reforma aprovada em outubro de 2019 teve amplos impactos sobre a previdência social, mas os segurados especiais rurais foram capazes de frear as principais mudanças que os afetariam diretamente. Foi mantida a regra para aposentadoria de trabalhadores rurais aos 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, com tempo mínimo de contribuição de 15 anos. Também permaneceram sem alterações a alíquota de 1,3 % do valor da comercialização de produtos agrícolas e a forma de contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — evitando, portanto, tanto a contribuição individual como a contribuição mínima anual por grupo familiar. O sindicalismo rural, porém, não foi capaz de evitar mudanças nas normas de concessão de benefícios, com a exigência para inclusão no CNIS Rural em um prazo de até 2023 (a proposta original era até 2020), e, sobretudo, não foi capaz de evitar os impactos da reforma sobre si mesmo, dada a retirada da declaração dos sindicatos como documento comprobatório da atividade rural. O principal impacto dessa medida seria uma perda de relevância dos sindicatos como ponto de referência para o acesso à aposentadoria de trabalhadores rurais e agricultores familiares. Isso, na opinião dos dirigentes entrevistados, não chega a afetar a importância do sindicato, acessado também para a organização dos documentos e para instruções sobre como proceder nos pedidos de aposentadoria, mas é mais um sinal de mudança em relação àquilo que o poder público requer dos sindicatos em funcionamento do país.

A ação nesse período foi caracterizada por a forte articulação entre ações públicas e semipúblicas, e pela relevância do acúmulo anterior de atuação sobre o legislativo. Laços que vinham sendo construídos há décadas, desde a eleição de representantes até estratégias de lobby, foram acionados. Manteve-se uma atuação articulada entre a pressão das bases de sindicatos e federações, nos municípios e capitais dos estados, inclusive com manifestações de rua, e a pressão sobre os políticos locais e os parlamentares. Manteve-se, igualmente, a pressão a parlamentares no Congresso, com delegações por estado, a realização de campanhas em Brasília, e tentativas de articulações de cúpula com governo. Por fim, houve esforços de articulação com parceiros da sociedade civil via fóruns e coalizões já estabelecidos, mas também via espaços de conselhos de direitos.

3.3. Pandemia da COVID-19: Pressão via Congresso e Difusão de Informação

O terceiro momento analisado é a atuação da Contag durante a pandemia da COVID19. O ano de 2020 prometia ser de avanço das reformas propostas pelo governo Bolsonaro, mas a pandemia alterou as prioridades da agenda política nacional, interrompeu as discussões no parlamento e levou à migração de muitas das atividades para a internet. Para a análise deste terceiro momento, toma-se como base uma pesquisa que analisou as formas de ação dos movimentos rurais, incluindo a Contag, durante a pandemia a partir das notícias publicadas nas páginas das organizações na internet (Carvalho et al., 2022).

Ao longo de 2020, a Contag realizou um intenso trabalho de produção e divulgação de informações para agricultores e sindicalistas rurais, ao tempo em que manteve sua prática de posicionar-se como interlocutora entre os agricultores familiares e o Estado, fazendo demandas, propondo soluções, ou posicionando-se sobre medidas, ações ou omissões do poder público — ao que denominamos, segundo a pesquisa sobre a atuação de movimentos rurais na pandemia, interpelação institucional. Nesse sentido, a confederação manteve seu trabalho de tornar agricultores familiares visíveis em debates públicos e de demandar que as políticas públicas estabelecidas para fazer frente à pandemia levassem em consideração as suas necessidades.

Neste esforço de interpelação institucional, a confederação buscou retomar canais de pressão sobre o Poder Executivo, com efeitos apenas parciais. Apresentou suas tradicionais demandas anuais em relação ao programa brasileiro de crédito para agricultores via reuniões pela internet, em abril de 2020. A entrega da pauta de demandas para o Plano Safra ocorreu por meio de videoconferência com a ministra do Ministério da Agricultura — que não foi transmitida ao vivo, mas informada via entrevista de sindicalistas e divulgada a posteriori (Gafforelli, 2020). A confederação posicionou-se sobre os valores e as taxas para os agricultores familiares no Plano Safra, que, depois de lançado, foi criticado por deixar de apresentar, como já havia acontecido no primeiro ano do governo Bolsonaro, rubricas específicas para a agricultura familiar — algo que ocorria desde a década de 1990 e demarcava o entendimento, pelo poder público, das especificidades desse perfil de agricultores. O valor destinado aos agricultores familiares foi criticado por ficar abaixo do esperado pela confederação, apesar do aumento nominal. A pandemia foi mencionada pelo presidente da Contag, em declaração sobre a importância do crédito para minimizar os efeitos da crise sobre as famílias afetadas pela suspensão de feiras e a redução de compras públicas (Contag, 2020). As ações frente ao executivo, apesar de maioria pública, passam também por estratégias semipúblicas como a apresentação de questionamentos ao INSS sobre como segurados especiais deveriam proceder, dado o fechamento das agências durante a pandemia. Posteriormente, a Contag divulgou os resultados da consulta.

A partir de março de 2020, a diretoria da Contag posicionou-se cobrando medidas do Poder Executivo para a prevenção à expansão da COVID-19 em áreas rurais e a extensão das medidas emergenciais para esse público. A implantação de medidas de auxílio econômico emergencial, no Brasil, ocorreu na interação entre ações do Governo Federal e do Poder Legislativo, que pressionou por maiores valores e pela estruturação de um programa de maior prazo. A Contag fez parte de coalizões que demandaram o acesso de agricultores familiares à renda básica. Apesar da aprovação pelo Congresso, a iniciativa foi vetada pelo Poder Executivo sob argumentos orçamentários. Nessas movimentações, ocorreram tanto ações públicas como reuniões virtuais e convocações para pressão via redes sociais, como diálogo e negociação com parlamentares. Em ações classificadas como semipúblicas, apresentou emendas a projetos de lei — como a destinação de produtos adquiridos para a alimentação escolar diretamente às famílias dos estudantes (Contag, 2020) — ou fez gestões entre aliados para a aprovação de medidas de fomento e assistência específicas para os agricultores. Novamente, a confederação sindical rural atuou na articulação com a Frente Parlamentar da Agricultura familiar.

Outro tipo de iniciativa visível no período foi a produção de dados, que pode ser caracterizada como uma forma de ação semipública tradicionalmente realizada pela Contag, e que foi incorporada ao repertório do período. Em parceria com o DIEESE, foram produzidas e publicadas estimativas de estabelecimentos da agricultura que poderiam ser contemplados com a renda básica, ou informações sobre a incidência do coronavírus no meio rural.

No período da pandemia, no qual as ações coletivas em espaços públicos estiveram restritas ou proibidas e, quando foram realizadas, significavam apoio a posturas que negavam a gravidade da crise sanitária e o risco de contaminação pelo coronavírus, em diversos momentos a Contag promoveu e incentivou o que denominamos, em outro texto, ações diretas virtuais, por meio de campanhas, convites ao posicionamento via manifestos e envio de mensagens a parlamentares (Carvalho et al., 2022). Houve, por exemplo, uma “marcha virtual pela vida”, o apoio a uma campanha de autoproteção lançada pela igreja católica e as campanhas pelo combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, a campanha pelo adiamento do Enem, ou a pressão sobre ministra do STF para julgar inconstitucional a decisão legislativa sobre o teto de gastos públicos. Um festival da juventude e ações de formação também migraram para o formato virtual. Algumas *lives* foram realizadas para tratar de temas como direitos de assalariados. A opção por mover as ações para o ambiente virtual certamente dificultou o engajamento de parte dos agricultores e agricultoras sindicalizados, porém, o custo político de não realizar atividades no período teria sido mais intenso.

Outro aspecto importante do trabalho da Contag no período foi relativo à difusão de informações e orientações sobre a pandemia, em dois eixos; no primeiro,

informando aos sindicalistas e trabalhadores rurais sobre a ação do poder público em resposta à crise sanitária — incluindo o Poder Executivo e o Legislativo — e emitindo posicionamentos e opiniões sobre debates públicos. Além disso, a Contag divulgou em seu site os posicionamentos sobre a COVID-19 de parceiros ou de instâncias da qual faz parte — como o Conselho Nacional de Saúde. Com parceiros, questionou a implementação do ensino à distância sem levar em conta as particularidades das populações rurais. As recorrentes notícias sobre o andamento de projetos de lei e medidas provisórias de interesse de agricultores e agricultoras familiares e a publicação de informes semanais sobre o tema — em si uma estratégia de ação pública — deixam entrever outra estratégia, semipública, na medida em que tratam da atividade de acompanhamento contínuo das propostas legislativas de interesse da categoria.

Um segundo eixo de atuação na difusão de informações, menos usual, refere-se a um esforço de orientação para sindicalistas e agricultores sobre como proceder em meio à pandemia. Aqui, a Contag (2020) traduziu o mote “fica em casa” para “fica na roça”, reforçando o papel de produção de alimentos para o Brasil e a necessidade de evitar o contato. “Ignorem, não levem em conta a fala do presidente e sigam as orientações dos profissionais da área da saúde. Informe, oriente e cuide das pessoas que estão próximas a você”, afirmaram. Além das recomendações pessoais, foram elaboradas recomendações para a comercialização de produtos e sobre como acessar aos cadastros para o recebimento de auxílio emergencial. Talvez a ação mais duradoura, nesse sentido, tenha sido a criação de um canal de diálogo, via WhatsApp, para apoiar com informações às pessoas que tinham dificuldades — mais um exemplo de atividade semipública, que não redundava em uma ação visível, mas é voltada para o fortalecimento das pessoas em nome das quais a confederação fala e pode contribuir para a sua legitimidade entre elas. Produzir e divulgar orientações para agricultores e agricultoras familiares em relação ao jeito de agir e a proteção pessoal e coletiva ganha especial relevância em um cenário no qual o governo Federal furtou-se de estabelecer diretrizes claras em relação ao vírus, contribuiu com a divulgação de informações falsas e desmobilizou os esforços de orientação a partir de estados e municípios.

Por fim, em menor medida, durante o período da pandemia, a Contag também divulgou e incentivou ações de doação por iniciativa das federações estaduais e enquadradas como ações de solidariedade — mas fez isso menos do que outros movimentos, como o MST (Carvalho et al., 2022).

Pode-se apontar três principais características do período: primeiro, o esperado aumento de atividades *on-line*; segundo, em mais importante, a reabilitação de demandas por políticas públicas ao Poder Executivo, que, no entanto, aparece articulada à manutenção da tendência, já visível entre 2016 e 2019, de intensificação do trabalho de pressão e de busca de aliados no Congresso, via ações tanto públicas

como semipúblicas: terceiro, permaneceram importantes as ações semipúblicas, inclusive a produção de dados e a divulgação de informações para a militância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MUDANÇAS NO MODO DE COMPILAR?

Entre o final dos anos 1990 e 2015, a Contag estabeleceu um modo de operar no cenário político brasileiro articulando a categoria agricultura familiar, a demanda pelas políticas públicas e pela inclusão de agricultores nos processos de formulação e avaliação dessas políticas por via da participação institucional e da interação com agentes da administração pública. Conforme mencionado na introdução, a articulação desses elementos não dá conta de tudo o que fez a confederação e enfoca sobretudo sua interação com o Estado, que de fato é central para cada um dos momentos-chave do período estudado; no entanto, cabe reconhecer que um dos limites deste texto é oferecer pouca atenção a embates com o patronato rural ou com setores da opinião pública.

A partir de 2014, emergiram questionamentos a cada um dos três elementos articulados pela confederação. Esse modo de compilar perdeu, ao menos em parte, sua capacidade de gerar efeitos. Nas gestões Temer e Bolsonaro, não apenas houve uma virada à direita, mas todo o padrão de interação com o Poder Executivo foi alterado: uma mudança de regime. Essa mudança afetou todo o modo como a Contag vinha organizando sua atuação.

Os três momentos analisados neste texto não são capazes de dar conta de todo o espectro de atuação da Contag, como o acompanhamento das atividades sobretudo via notícias, associadas a algumas entrevistas e à presença em eventos. Muito da relação com os partidos e centrais sindicais fica de fora. Porém, episódios analisados apontam alguns deslocamentos importantes.

Primeiro, desde 2015, os esforços direcionados à construção e implantação de políticas públicas deslocam-se para a defesa da permanência de políticas e, em seguida, para esforços de resistência ao desmonte de programas, normas e estruturas. Ocorre também a inclusão de uma agenda nova, a defesa da democracia, expressa publicamente por meio da participação em grupos amplos (as frentes) e da inserção em eventos de protestos. As rotinas de protesto perdem centralidade.

No segundo momento, avança não apenas a desestruturação de políticas para a agricultura familiar, mas um conjunto de propostas de alteração das normas que regulam os direitos trabalhistas e previdenciários. Vê-se um deslocamento das interações com o Poder Executivo para o Poder Legislativo. Trata-se do âmbito institucional onde tramitam as propostas, mas, sobretudo, trata-se de onde é possível encontrar aliados e buscar formas de contrapor-se às mudanças. Aqui as ações públicas e semipúblicas aparecem articuladas e influenciam-se mutuamente.

O terceiro momento, a pandemia, tem um duplo sentido: há um retorno da demanda ao Poder Executivo por políticas públicas, no contexto da ampliada necessidade de proteção social em cenário de crise. Além de políticas de crédito e apoio à produção, entra em pauta a demanda pela inclusão de agricultores familiares nas políticas de apoio econômico emergencial. Também fica evidente, aqui, um papel de produção e difusão de informações para a militância e para os agricultores em geral que contribuíssse para navegarem em um período novo, desafiador.

De forma geral, viu-se um progressivo aumento da relevância das ações semipúblicas. Nota-se, pelos exemplos aqui reunidos, que não se trata apenas de ações que fazem parte de uma estratégia política voltada para fora, mas também de esforços de construção e fortalecimento de laços com o próprio segmento da agricultura familiar.

Ainda é cedo para saber se esses elementos, associados às formulações da Contag no período, permanecerão no futuro, ou se serão conjunturais. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o terceiro mandato (2023-2026) e a promessa de retomada de políticas específicas e diferenciadas para a agricultura familiar, bem como de espaços de participação, é questionável se a Contag retomará sua formulação anterior, ou se o período de afastamento do poder público terá impactos de mais longo prazo sobre as plataformas — e a própria configuração — do sindicalismo contaguiano.

REFERÊNCIAS

- Abers, R., Serafim, L., & Tatagiba, L. (2014). Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Dados*, 57, 325–357. <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>
- Almeida, D. R., Vieira, A. K. R., & Kashiwakura, G. T. (2020). Instituições participativas e repertórios de interação: Os Conselhos Nacionais de Saúde e Assistência Social no contexto de impeachment. *Revista do Serviço Público*, 71(1). <https://doi.org/10.21874/rsp.v71i1.3516>
- Alonso, A. (2012). Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, 2, 21–41. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>
- Alonso, A. (2017). A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos estudos*, 49–58. https://biblio.fflch.usp.br/Alonso_AM_62_2837619_APoliticaDasRuas.pdf
- Alvarez, S. E. (2009). Repensando la dimensión política y cultural desde los movimientos sociales: Algunas aproximaciones teóricas. In R. Hoetmer (Org.), *Repensar la política desde América Latina* (pp. 27–36). Universidad Mayor de San Marcos.
- Alvarez, S. E., & Escobar, A. (1992). *The making of social movements in Latin America: Identity, strategy and democracy*. Westview Press.

- Antunes, R., & Batista, J. (2015). Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH*, 28(75), 511–528. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300005>
- Arouca, J. C. (2009). *Curso Básico de Direito Sindical* (2ª ed.). LTr.
- Avritzer, L. (2014). *Impasses da democracia no Brasil*. Civilização Brasileira.
- Avritzer, L., Silva, E., Carvalho, P., & Zanandrez, P. (2022). Participação em tempos de desdemocratização: Notas para um modelo de análise. In L. Tatagiba et al. (Orgs), *Participação e ativismos: Entre retrocessos e resistências* (pp. 109–126). Zouk.
- Borges, B., Boarin, P., Resende, C., & Silva, L. (2021). Trabalhadores rurais no Parlamento. O lobby da Contag na Câmara dos Deputados (2007-2015). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 36(105): e3610502. <https://doi.org/10.1590/3610502/2020>.
- Branford, S. (2010). Lidando com governos: O MST e as administrações de Cardoso e Lula. In M. Carter (Org.), *Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil* (pp. 409–431). Editora Unesp.
- Bringel, B., & Pleyers, G. (2015). Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nova Sociedade*, (2), 417. <https://hdl.handle.net/2078.1/172074>
- Broch, A. (2016a). Editorial. Contag Segue na luta em 2016. *Jornal da Contag*, XII(131).
- Broch, A. Editorial. (2016b). *Jornal da Contag*, XII(134).
- Carvalho, P. D. (2018). *A produção do transnacional: Compilações da agricultura familiar e camponesa na Contag e no MPA* [Tese (Doutorado)]. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Carvalho, P. D. de. (2020). Collective Action and Political Change: Public and Semipublic Strategies of Brazilian Rural Movements (1990s–2017). *Latin American Perspectives*, 47(5), 113–130. <https://doi.org/10.1177/0094582X20933972>.
- Carvalho, P. D., Teixeira, M. A., Motta, R., & Penna, C. (2022). Sistemas Alimentares Em Disputa: Respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 37(108), e3710808. <https://doi.org/10.1590/3710808/2022>
- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). (2016a). Margaridas seguem em marcha em defesa da democracia e na luta contra o retrocesso de direitos. *Jornal da Contag*, XII(131).
- Contag (2016b). A crise política não vai parar a juventude rural. *Jornal da Contag*, XII(134).
- Contag (2016c). *Jornal da Contag*, XII(134).
- Contag. (2017). *Relatório da Secretaria-geral*, Mimeo.
- Contag. (2020, 18 de junho). Medidas para a agricultura familiar no Plano Safra 2020/2021 não atendem reivindicações da CONTAG. *Contag*. <https://ww2.contag.org.br/medidas-para-a-agricultura-familiar-no-plano-safra-2020-2021-nao-atendem-reivindicacoes-da-contag-20200618>
- Contag. (2020, 25 de março). Pronunciamento de Bolsonaro vai na contramão das recomendações da Organização Mundial da Saúde - OMS, do Ministério da Saúde e de especialistas. CONTAG orienta: Fica em casa! *Contag*. <https://ww2.contag.org.br/pronunciamento-de-bolsonaro-vai-na-contramao-das-recomendacoes-da-organi>

- zacao-mundial-da-saude---oms--do-ministerio-da-saude-e-de-especialistas--contag-orienta--fica-em-casa--20200325
- Contag. (2020, 24 de junho). Nota Técnica analisa emendas à MPV 934, principalmente as que determinam a garantia da alimentação escolar nesse período de pandemia. *Contag*. <https://ww2.contag.org.br/nota-tecnica-analisa-emendas-a-mpv-934--principalmente-as-que-determinam-a-garantia-da-alimentacao-escolar-nesse-periodo-de-pandemia-20200624>. Acesso em: 06 maio 2024.
- Corrêa, E. G. (2019, 9 a 12 de julho). *Reconfigurações do movimento sindical de trabalhadores rurais no Brasil contemporâneo* [Apresentação oral]. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, Florianópolis.
- Dagnino, E., Olvera, A. J., & Panfichi, Aldo. (2006). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Unicamp e Paz e Terra.
- Favareto, A. (2006). Agricultores, trabalhadores: Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(62), 27–44. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000300002>
- Frente Brasil Popular. (2015). *Manifesto ao Povo Brasileiro*. <https://www.frentebrasilpopular.org.br/conteudo/manifesto-ao-povo-brasileiro/>
- Gafforelli, G. (2020, 22 de abril). Contag entrega pauta para o Plano Safra da agricultura familiar. *Guaíba*. <https://guaiba.com.br/2020/04/22/contag-entrega-pauta-para-o-plano-safra-da-agricultura-familiar/>
- IBGE. (2017). *Censo Agropecuário 2017*. https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo 2010*. <https://censo2010.ibge.gov.br/>
- Krinsky, J., & Mische, A. (2013). Formations and Formalisms: Charles Tilly and the Paradox of the Actor. *Annual Review of Sociology*, 39(1), 1–26. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-071312-145547>
- Latour, B. (2008). *Reensamblar lo social. Una introducción a la teoría del actor-red*. Manantial.
- Law, J. (2004). *After Method. Mess in social science research*. Routledge.
- Magalhães, B., Ornelas, G. M., & Brasil, F. (2021). Desconstruções e resistências democráticas: O caso da instituição legal do sistema nacional de participação social. In L. Avritzer & P. Delgado de Carvalho (Orgs.), *Crises na democracia: Legitimidade, participação e inclusão* (pp. 57-88). Arraes Editores.
- Maricato, E. (2013). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as mobilizações que tomaram as ruas do Brasil*. Carta Maior.
- McAdam, D., Tarrow, S., & Tilly, C. (2001). *Dynamics of Contention*. Cambridge University Press.
- Medeiros, L. S. (1989). *História dos movimentos sociais no campo*. FASE.
- Medeiros, L. S. (2014). O sindicalismo rural nas últimas décadas: Mudanças e permanências. In R. V. de Oliveira, M. A. Bridi, & M. Ferrraz (Orgs.), *O sindicalismo na era Lula: Paradoxos, perspectivas e olhares* (pp. 247–282). Fino Traço Editora.

- Medeiros, L. S. (2020). Movimentos sociais no governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, 16(29), 490–521.
- Medeiros, L. S. (2023). Olhar a Contag por dentro. In M. A. Teixeira (Ed.), *Contag: 1963-2023: Ações de reprodução social e formas de ações coletivas* (pp. 5–16). Mórula.
- Medeiros, L. S., & Picolotto, E. L. (2016, 22 a 26 de outubro). A representação política no sindicalismo rural: Antigos e novos atores [Apresentação oral]. *Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, Brasil.
- Melucci, A. (1989). *Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*. Temple University Press.
- Melucci, A. (1996). *Challenging Codes*. Cambridge University Press.
- Mota, M. D. de B. (2006). Margaridas nas ruas. As mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In E. Woortmann & F. Heredia (Orgs.), *Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero* (pp. 339-353). MDA - Ministerio do Desenvolvimento Agrario.
- Neves, D. P. (2007). Agricultura familiar: Quantos ancoradouros! In B. M. Fernandes, M. I. M. Marques, & J. C. Suzuki (Orgs.), *Geografia Agrária: Teoria e poder* (pp. 211-270). Expressão Popular.
- Pahnke, A., Tarlau, R., & Wolford, W. (2015). Understanding rural resistance: Contemporary mobilization in the Brazilian countryside. *The Journal of Peasant Studies*, 42(6), 1069–1085. <https://doi.org/10.1080/03066150.2015.1046447>
- Palmeira, M. (1985). A diversidade da luta no campo: Luta camponesa e diferenciação do campesinato. In V. Paiva (Org.), *Igreja e Questão Agrária* (pp. 313-328). Edições Loyola.
- Paula, D. G., Starling, H. M. M., & Guimarães, J. R. (2006). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república*. UFMG.
- Picolotto, E. L. (2014). Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), 63–84. <https://doi.org/10.1590/S010320032014000600004>
- Picolotto, E. L. (2018a). Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 104, 201238. <https://doi.org/10.1590/0102-201238/104>
- Picolotto, E. L. (2018b). Pluralismo, neocorporativismo e o sindicalismo dos agricultores familiares no Brasil. *Sociedade e Estado*, 33(1), 85-115. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301004>
- Ricci, R. (1999). *Terra de Ninguém. Representação sindical rural no Brasil*. Editora da Unicamp.
- Rodrigues, I. J. (2015). Trabalhadores E Sindicalismo No Brasil: para onde foram os sindicatos? *Caderno CRH*, 28(75), 479–491. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300003>
- Rosa, M. C. (2015). A journey with the Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) across Brazil and on to South Africa. *Études Rurales*, 196, 43–56. <https://doi.org/10.4000/etudesrurales.10371>

- Rosa, M. C., Penna, C., & Carvalho, P. D. (2021). Heterogeneity and Instability: Theoretical–Methodological Outcomes of Three Investigations on Land and Agrarian Movements and the State. *Agrarian South: Journal of Political Economy: A Triannual Journal of Agrarian South Network and CARES*, 10(3), 415–439. <https://doi.org/10.1177/22779760211052612>
- Rossi, F. (2016). Conceptualizing strategy making in a historical and collective perspective. In F. Rossi & M. von Bulow (Eds.), *Social Movement Dynamics: New Perspectives on Theory and Research from Latin America* (pp. 1541). Routledge.
- Schneider, S., Silva, M. K. & Marques, P. E. M. (Orgs.). (2004). *Políticas públicas e participação social no Brasil Rural*. Porto Alegre. UFRGS.
- Silveira, D. (2020). *Brasil perdeu 21,7% dos trabalhadores sindicalizados após a reforma trabalhista, diz IBGE*. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/26/brasil-perdeu-217percent-dos-trabalhadores-sindicalizados-apos-a-reforma-trabalhista-diz-ibge.ghtml>
- Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013 classes e ideologias cruzadas. *Novos Estud. - CEBRAP*, 97, 23–40. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>
- Tatagiba, L., & Blikstad, K. (2013, 4 de setembro). The left and the June protests in Brazil. *Mobilizing Ideas*. <https://mobilizingideas.wordpress.com/2013/09/04/the-left-and-the-june-protests-in-brazil/>
- Tatagiba, L., & Galvão, A. (2019). Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, 25(1), 63–96. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>
- Teixeira, M. A. (2023). *Contag: 1963-2023: Ações de reprodução social e formas de ações coletivas*. Mórula.
- Teixeira, M. A. dos S. (2018). *Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: A experiência da Contag (1963-2015)* [Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/15447>
- Tilly, C. (2006). *Regimes and repertoires*. University of Chicago Press.
- Venturini, T. (2010). Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, 19(3), 258–273. <https://doi.org/10.1177/0963662509102694>